ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

ELAINE MONREAL COSTA

Resumo
Este artigo discute a importância da alfabetização na educação infantil, destacando seus fundamentos teóricos, as práticas pedagógicas mais eficazes e os desafios enfrentados por educadores e instituições na atualidade. Ao considerar a criança como sujeito ativo no processo de aprendizagem, a alfabetização é compreendida como parte de um percurso mais amplo de construção do conhecimento. A pesquisa também analisa os impactos das políticas públicas, das formações docentes e das metodologias interativas na qualidade do ensino oferecido. Com base em referenciais teóricos contemporâneos, propõe-se uma reflexão crítica sobre o papel do educador no desenvolvimento das competências leitoras e escritoras desde os primeiros anos escolares.
Palavras-chave: Educação infantil; Alfabetização; Letramento; Prática pedagógica; Desenvolvimento infantil.

Introdução

A alfabetização na educação infantil constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, sendo o alicerce para a formação de leitores e escritores críticos e participativos. Longe de ser um processo meramente mecânico de decodificação de letras e sons, alfabetizar implica promover a compreensão do mundo através da linguagem, da escuta ativa e da expressão autêntica. Nessa perspectiva, a alfabetização deve estar inserida em contextos significativos, que respeitem os ritmos individuais e estimulem o prazer pela leitura e pela escrita desde os primeiros anos escolares.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a ideia de que a alfabetização deve ocorrer de forma integrada às experiências da criança, valorizando sua bagagem cultural e os múltiplos modos de linguagem presentes no cotidiano. Dessa forma, o educador torna-se mediador de vivências enriquecedoras que despertam a curiosidade e a investigação, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades linguísticas em contextos concretos. A ênfase deixa de ser na memorização e passa a ser na construção ativa do conhecimento.

Os estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky trouxeram importantes contribuições ao campo da alfabetização, ao demonstrar que a criança não chega à escola como uma "tábula rasa", mas sim com hipóteses sobre a escrita e sua função social. Essa visão construtivista mudou profundamente as práticas pedagógicas, enfatizando a importância de atividades que estimulem o pensamento, a análise e a experimentação da linguagem escrita desde os primeiros contatos com os textos.

Entretanto, apesar dos avanços teóricos e metodológicos, ainda é comum encontrar práticas pedagógicas tradicionalistas que limitam o processo de alfabetização a exercícios repetitivos e descontextualizados. Essa abordagem, muitas vezes, desconsidera a singularidade do aluno e impede que a alfabetização seja uma experiência prazerosa e significativa. Assim, a formação docente continuada e a reflexão crítica sobre as metodologias aplicadas tornam-se elementos essenciais para garantir uma educação mais humanizada e eficiente.

O ambiente alfabetizador deve ser planejado com intencionalidade pedagógica, incluindo materiais variados como livros, revistas, cartazes, jogos de linguagem, rótulos, músicas e outras mídias que favoreçam a exploração das funções da linguagem escrita. A oralidade, a escuta atenta e a produção textual devem estar integradas no cotidiano da sala de aula, promovendo uma aprendizagem rica e contextualizada. A interação com colegas e com o professor também desempenha papel essencial na mediação das aprendizagens.

A importância da ludicidade na alfabetização também precisa ser destacada. O brincar, quando orientado pedagogicamente, contribui para o desenvolvimento da linguagem, da criatividade, da memória e da capacida-

de de resolver problemas. Jogos simbólicos, contação de histórias, dramatizações e atividades musicais são instrumentos poderosos no processo de ensino-aprendizagem, pois promovem a afetividade, o engajamento e a motivação das crianças.

Além disso, é necessário refletir sobre os desafios estruturais enfrentados pelas escolas públicas e privadas no Brasil, como a falta de recursos didáticos adequados, a alta rotatividade de professores e a ausência de políticas públicas consistentes voltadas à alfabetização infantil. Esses fatores impactam diretamente a qualidade do ensino e exigem maior compromisso das instâncias governamentais na garantia de uma educação de base sólida e equitativa.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma análise crítica e fundamentada sobre o processo de alfabetização na educação infantil, buscando compreender suas múltiplas dimensões e apontar caminhos possíveis para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes, acolhedoras e transformadoras. Ao considerar o papel ativo da criança e a importância da mediação qualificada do educador, pretende-se contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita desde os primeiros anos de vida escolar.

1 – Fundamentos Teóricos da Alfabetização na Educação Infantil

A alfabetização na educação infantil é alicerçada em fundamentos teóricos que reconhecem a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento. A teoria construtivista, principalmente com base em Jean Piaget e nas pesquisas de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, afirma que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação entre o indivíduo e o ambiente. Essa perspectiva considera que as crianças constroem hipóteses sobre a escrita antes mesmo de serem formalmente ensinadas, o que reforça a importância de um ambiente rico em estímulos linguísticos.

Vygotsky também é uma referência indispensável para compreender o papel da linguagem no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Em sua teoria sociocultural, ele enfatiza a importância da mediação do adulto — especialmente o educador — e da interação social para o aprendizado. O conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) mostra que a aprendizagem antecede o desenvolvimento e ocorre de maneira mais eficaz com a orientação de um adulto ou de um colega mais experiente. Isso ressalta a relevância do papel do professor no processo de alfabetização.

Outro pilar importante é a abordagem do letramento, defendida por autores como Magda Soares, que diferencia alfabetização (aprendizagem do sistema de escrita) de letramento (uso social da escrita). Essa distinção contribui para uma compreensão mais ampla da linguagem escrita como prática social, implicando que o ensino da leitura e da escrita não deve estar dissociado de seus contextos de uso, como bilhetes, receitas, histórias, placas e rótulos. O letramento, portanto, amplia o horizonte da alfabetização.

É preciso reconhecer também as contribuições da psicogênese da língua escrita, que revela como as crianças pensam a respeito da escrita e como esse pensamento evolui de maneira gradativa. Essa abordagem indica que as crianças passam por estágios distintos de concepção da escrita, como o pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Compreender essas fases permite que o professor adeque suas intervenções pedagógicas ao nível de desenvolvimento de cada aluno.

Além disso, os estudos da neurociência educacional vêm ganhando espaço ao mostrar como o cérebro aprende a ler e a escrever, destacando a importância da estimulação precoce, da escuta ativa, da coordenação motora fina e da consciência fonológica. Embora as neurociências não substituam as abordagens pedagógicas, elas fornecem dados importantes para melhorar as práticas docentes e contribuir para uma alfabetização mais eficiente e respeitosa ao desenvolvimento infantil.

A alfabetização também está relacionada à afetividade e ao vínculo estabelecido entre professor e aluno. O desenvolvimento da linguagem não se dá apenas por fatores cognitivos, mas também emocionais. Quando a

criança se sente segura, respeitada e incentivada, ela tende a demonstrar maior interesse pelas atividades e a apresentar melhor desempenho. Assim, os fundamentos teóricos da alfabetização precisam contemplar a integralidade da criança.

Em termos pedagógicos, o currículo da educação infantil deve ser construído com base nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, conforme estabelece a BNCC. A alfabetização deve estar alinhada a esses direitos, sendo inserida de forma transversal e contextualizada nas experiências cotidianas, o que demanda um planejamento intencional, sensível e ético por parte do educador.

Por fim, compreender os fundamentos da alfabetização na educação infantil significa ultrapassar visões reducionistas que limitam o processo à memorização de letras e sílabas. Exige-se uma abordagem integradora, que envolva teoria, prática e sensibilidade, reconhecendo a criança como ser competente, curioso e capaz de aprender por meio de experiências ricas e significativas. Com base nesses pilares, o trabalho docente ganha força e propósito, promovendo o direito à aprendizagem de qualidade desde a infância.

2 – Práticas Pedagógicas Eficazes no Processo de Alfabetização

As práticas pedagógicas eficazes em alfabetização na educação infantil devem partir do reconhecimento da criança como protagonista do seu processo de aprendizagem. Para isso, é necessário promover situações didáticas que articulem o brincar, a linguagem oral, a linguagem escrita e a escuta ativa. O ambiente alfabetizador deve oferecer oportunidades concretas para que as crianças tenham contato com diferentes gêneros textuais e se familiarizem com o universo da leitura e da escrita de forma lúdica e prazerosa.

O planejamento pedagógico deve incluir atividades que estimulem a consciência fonológica, o reconhecimento das letras, a identificação de sons iniciais e finais, e a associação entre imagem e palavra. Jogos, cantigas, histórias rimadas e adivinhas são recursos valiosos nesse processo. Essas experiências favorecem a atenção, a memória auditiva, a discriminação de sons e a percepção da estrutura da língua, habilidades fundamentais para o processo de alfabetização.

A rotina em sala de aula também é uma ferramenta importante na construção de práticas pedagógicas significativas. Momentos como a roda de conversa, o registro do tempo (data, clima), as listas de chamada, a leitura de histórias e a produção coletiva de textos são atividades que integram a alfabetização ao cotidiano escolar. Esses momentos proporcionam o uso funcional da escrita e tornam o processo mais natural e contextualizado.

É fundamental que o professor tenha sensibilidade para observar as hipóteses de escrita das crianças e intervenha de maneira construtiva. Ao propor atividades desafiadoras, porém acessíveis, o educador respeita o ritmo de aprendizagem de cada aluno e oferece suporte para que ele avance em sua construção do conhecimento. As práticas devem ser diversificadas e oferecer múltiplos caminhos para a aprendizagem, como o uso de recursos visuais, musicais, corporais e tecnológicos.

A literatura infantil ocupa um lugar de destaque na alfabetização. O contato com livros de qualidade estimula a imaginação, amplia o vocabulário e desenvolve a compreensão leitora. A leitura diária de histórias contribui para formar leitores críticos e sensíveis, além de aproximar a criança do universo simbólico da linguagem. É recomendável que o ambiente de leitura seja convidativo, acessível e repleto de materiais adequados à faixa etária.

Outro aspecto relevante é o envolvimento da família no processo de alfabetização. O diálogo entre escola e família fortalece o vínculo afetivo com a leitura e a escrita. Atividades simples, como ler em casa, conversar sobre as histórias preferidas ou escrever bilhetes juntos, podem reforçar o trabalho pedagógico e valorizar a aprendizagem da criança. A família deve ser vista como parceira no processo educativo.

O uso de tecnologias digitais também pode ser explorado de forma pedagógica. Aplica-

tivos educativos, vídeos interativos, plataformas de leitura e jogos virtuais podem ser recursos complementares que estimulam o interesse pela linguagem escrita. No entanto, é fundamental que essas ferramentas sejam mediadas por adultos e integradas a uma proposta pedagógica crítica, evitando o uso excessivo ou descontextualizado.

Portanto, práticas pedagógicas eficazes são aquelas que consideram o contexto da criança, respeitam sua subjetividade e promovem experiências ricas em linguagem. O professor deve atuar como pesquisador da própria prática, avaliando constantemente suas ações e buscando novas estratégias que favoreçam a aprendizagem significativa. Alfabetizar, nesse sentido, é mais do que ensinar a ler e escrever: é formar sujeitos pensantes, criativos e conscientes.

3 – Desafios e Perspectivas para a Alfabetização na Educação Infantil

A alfabetização na educação infantil enfrenta uma série de desafios que envolvem questões pedagógicas, estruturais e socioculturais. Um dos principais obstáculos é a pressão por resultados rápidos, o que leva muitas instituições a adotar métodos tradicionais e mecânicos, em detrimento de práticas que valorizem o desenvolvimento integral da criança. Essa antecipação da alfabetização formal pode comprometer a construção significativa da linguagem escrita.

A formação inicial e continuada dos professores também se configura como um desafio. Muitos educadores ainda não tiveram acesso a estudos atualizados sobre as fases do desenvolvimento da escrita e as metodologias baseadas em pesquisa. A carência de cursos que abordem de forma crítica e prática as teorias da alfabetização dificulta a implementação de propostas pedagógicas mais inovadoras e eficazes nas salas de aula.

Outro problema recorrente é a escassez de recursos pedagógicos nas escolas, sobretudo nas redes públicas. A ausência de livros, jogos, materiais visuais e espaços adequados para a leitura prejudica a criação de ambientes alfabetizadores estimulantes. Além disso, a alta rotatividade de profissionais, a sobrecarga de trabalho e os baixos salários contribuem para o desânimo e o esvaziamento das práticas pedagógicas.

O despreparo de alguns gestores escolares para lidar com as especificidades da alfabetização também representa um entrave. Quando a gestão não reconhece a importância de um currículo contextualizado e de um corpo docente qualificado, tende a priorizar metas quantitativas em vez de valorizar a qualidade das experiências educativas. A valorização do professor alfabetizador e a criação de espaços de escuta e formação contínua são ações urgentes.

Do ponto de vista social, é preciso considerar a diversidade presente nas salas de aula. Diferenças culturais, linguísticas, cognitivas e socioeconômicas exigem do educador uma postura inclusiva, empática e criativa. A alfabetização precisa ser pensada para todos, garantindo equidade no acesso ao conhecimento. Políticas públicas eficazes devem contemplar essa diversidade, evitando a padronização das práticas educativas.

A pandemia de COVID-19 agravou muitos desses desafios, interrompendo processos pedagógicos e evidenciando desigualdades no acesso à educação. Crianças que estavam em fase inicial de alfabetização sofreram perdas significativas, especialmente aquelas sem acesso à internet ou com pouca mediação familiar. A recuperação dessas lacunas exige planejamento cuidadoso e ações pedagógicas sensíveis.

Apesar das dificuldades, há perspectivas promissoras. Iniciativas baseadas na valorização do brincar, na formação continuada, na escuta das crianças e na integração entre linguagem, arte e tecnologia vêm demonstrando bons resultados. Projetos interdisciplinares, programas de incentivo à leitura e práticas colaborativas entre educadores apontam caminhos viáveis para o fortalecimento da alfabetização.

Dessa forma, os desafios da alfabetização na educação infantil devem ser enfrentados com responsabilidade, inovação e compromisso com a infância. Superar os obstáculos exige investimento em políticas públicas, formação docente de qualidade, valorização do trabalho pedagógico e uma escuta atenta às necessidades das crianças. Só assim será possível garantir o direito de aprender a ler

e a escrever de forma plena, significativa e transformadora.

Considerações Finais

A alfabetização na educação infantil representa um dos pilares essenciais para a formação de sujeitos críticos, criativos e capazes de exercer plenamente sua cidadania. Mais do que ensinar a codificar e decodificar sinais linguísticos, alfabetizar é oferecer à criança as ferramentas para compreender, interpretar e transformar o mundo ao seu redor. Essa perspectiva exige do educador um compromisso com a formação integral do aluno, respeitando sua singularidade, seu tempo de aprendizagem e suas experiências prévias com a linguagem.

O resgate dos fundamentos teóricos que embasam a alfabetização infantil revela a importância de abordagens construtivistas, socioculturais e interacionistas, que compreendem a criança como ser ativo, criador de hipóteses e participante da construção do conhecimento. As contribuições de autores como Piaget, Vygotsky, Ferreiro e Teberosky, além de estudiosos brasileiros como Magda Soares, mostram que o processo de aquisição da linguagem escrita deve ser acompanhado de forma sensível e contextualizada, valorizando os múltiplos letramentos presentes na sociedade contemporânea.

As práticas pedagógicas precisam ser constantemente repensadas e atualizadas para atender às necessidades das crianças da atualidade. Ambientes alfabetizadores ricos, lúdicos e integrados às experiências cotidianas revelam-se essenciais para o desenvolvimento das habilidades leitoras e escritoras. A presença de materiais diversos, a mediação qualificada do professor e a intencionalidade didática garantem que o processo de alfabetização ocorra de forma prazerosa, significativa e eficaz.

A articulação entre alfabetização e ludicidade se mostra como uma estratégia potente no ensino infantil. O brincar, o faz de conta, a música, os jogos e a literatura infantil não apenas favorecem o engajamento da criança, mas também promovem a aprendizagem de maneira afetiva, respeitando as dimensões emocionais, cognitivas e sociais do desenvolvimento. O professor, ao incorporar essas ferramentas em seu cotidiano, amplia as possibilidades de acesso e permanência no universo da linguagem escrita.

Os desafios que envolvem a alfabetização na educação infantil são complexos e atravessam questões estruturais, políticas e pedagógicas. A precarização do trabalho docente, a falta de formação continuada, a escassez de materiais e a ausência de políticas públicas robustas ainda dificultam a consolidação de práticas alfabetizadoras de qualidade em muitos contextos escolares. Além disso, a pressão por resultados imediatos compromete a essência do processo educativo, impondo modelos descontextualizados e pouco eficazes.

Entretanto, é possível vislumbrar caminhos promissores. A valorização do professor alfabetizador, o investimento em formação crítica e continuada, o fortalecimento da parceria entre escola e família e o fomento a projetos pedagógicos interdisciplinares são algumas das ações que podem reverter esse cenário. A construção de uma educação infantil comprometida com a equidade, o respeito e o encantamento pelo saber é um dever coletivo que exige vontade política e sensibilidade pedagógica.

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona a urgência de repensar modelos educativos e reforçou a necessidade de ampliar o acesso à leitura e à escrita, especialmente entre os públicos mais vulneráveis. O retorno às atividades presenciais exige estratégias intencionais de recomposição das aprendizagens, com foco na escuta ativa, no diagnóstico pedagógico contínuo e na valorização da afetividade como base para o desenvolvimento da linguagem.

Por fim, alfabetizar na educação infantil é, antes de tudo, um ato de amor e de resistência. É acreditar na potência da infância e na capacidade de cada criança de construir, por meio da linguagem, seu lugar no mundo. Que a escola seja, então, esse espaço de descobertas, acolhimento e liberdade, onde ler e escrever não sejam apenas metas a serem cumpridas, mas pontes para o florescimento de sonhos, saberes e identidades.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 10 maio 2025.
FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: uma história de sua história. Brasília: MEC/Inep, 2000.
OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.
TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2010.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2006.
HADJAR, Andréa; LERNER, Delia. A leitura na escola: novos olhares. Porto Alegre: Artmed, 2002.
ANTUNES, Celso. Inteligências múltiplas e suas implicações na aprendizagem. Campinas: Papirus, 2001.
CAMPOS, Maria Malta. A qualidade na educação infantil: um projeto necessário. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 87-97, jul. 2003.
FARIA, Ana Lúcia Goulart. Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 102, p. 47-65, jul. 1997.
HORN, Maria das Graças. Educação infantil: fundamentos e métodos. Porto Alegre: Mediação, 2004.